



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

**INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

**CELEBRAÇÃO DOS 70 ANOS DA DECLARAÇÃO**

**UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**

**SALA DO SENADO – 10 DEZEMBRO DE 2018**

Há precisamente 70 anos era adotada pela Organização das Nações Unidas a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Embora sem força de lei a Declaração Universal é o documento enquadrador de um conjunto de Tratados e Convenções que protegem os Direitos Humanos.

É o caso da Convenção Europeia dos Direitos Humanos a que o Portugal democrático aderiu em 1978, há exatamente 40 anos.

Tivemos, aliás, ocasião de assinalar essa data no passado dia 9 de novembro, também nesta sala e também na presença que muito nos honra do Senhor Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Perante uma mesa repleta de eminentes constitucionalistas quase não valeria a pena recordar que a nossa própria Constituição, a Constituição da República Portuguesa, afirma no seu artigo 16º que os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com essa Declaração.

Estamos orgulhosamente vinculados à Declaração Universal.

Permitam-me que recorde aqui hoje a figura de Eleanor Roosevelt, antiga primeira-dama dos Estados Unidos da América e Presidente da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, responsável pela elaboração da Declaração Universal.

Ficou por isso para sempre lembrada como a primeira-dama do mundo!

Dizia ela que a Declaração se tornaria na Magna Carta da Humanidade.

A Declaração é a nossa bússola de valores e a carta universal dos direitos. É porventura dos documentos traduzidos em mais línguas.

Infelizmente, à sua divulgação global não corresponde uma equivalente aplicação global.

Desde a viragem do Século temos vindo a assistir a retrocessos significativos nos direitos humanos, na paz e no desenvolvimento, nos direitos laborais e na própria qualidade das democracias.

Um mundo menos respeitador da ordem internacional e do multilateralismo é sempre um mundo mais perigoso.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Há já até quem defenda, em plena União Europeia, e sem qualquer pudor, um novo modelo de democracia que chamam de democracia iliberal. Como se pudesse haver democracia digna desse nome sem liberdade.

Estes sinais preocupantes servem para nos lembrar que a causa dos direitos humanos e da paz nunca está conquistada.

Regresso a Eleanor Roosevelt: “Não é suficiente falar sobre a paz. É preciso acreditar nela. E não basta acreditar nela. É preciso trabalhar para alcançá-la”.

Se queremos preservar o nosso modelo pluralista de sociedade e de organização política, então precisamos de trabalhar. Trabalhar mais pela causa da democracia, da liberdade, da paz e dos direitos humanos.

Em Portugal, na Europa e no Mundo.

Neste contexto, não posso deixar de valorizar uma vez mais o trabalho desenvolvido pelas Comemorações dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, presididas pelo Professor Vital Moreira.

Umhas comemorações que passaram por debates científicos mas também por muitas sessões públicas, envolvendo vários departamentos do Estado, incluindo aqui o próprio Ministério da Educação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*O Presidente*

Vamos ter em seguida o lançamento de um livro de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada sobre Direitos Humanos. Um livro dirigido a um público infanto-juvenil. Julgo que esta preocupação com as novas gerações, já nascidas em democracia e na União Europeia, é uma preocupação da maior importância.

Para continuarmos livres e iguais, é fundamental que a renovação geracional seja acompanhada pela permanente passagem do testemunho humanista e democrático.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Eduardo Ferro Rodrigues.